

Processo n. 23060.002160/2013-15

JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO GRUPO 01 e 02

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO (contra)

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO SRP n. 14/2014 – Grupo 01 e 02

RECORRENTE: ARTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO – IFS
SANTAFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-ME

I. DAS PRELIMINARES

Recurso administrativo interposto pela ARTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, registrada no CNPJ/MF sob o n. 03.810.869/0001-90 contra:

- a) A decisão do pregoeiro que a inabilitou;
- b) Ausência de Laudo de ergonomia referente à NR-17;
- c) Inadequações nos certificados atinentes à NBR 13962:2006.

II. DAS FORMALIDADES LEGAIS À ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A doutrina majoritária indica como requisitos de admissibilidade a tempestividade e a inclusão de fundamentação e do pedido de reforma do ato Administrativo. O Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005 assim estabelece:

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar

do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

O recurso apresentado cumpre o requisito da tempestividade, bem como o da fundamentação, além disso, encontra-se presente o necessário pedido de retificação da decisão, tornando assim, o recurso interposto plenamente admissível.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

A recorrente apóia-se, inicialmente, ao argumento de que havia falha de comunicação com a internet utilizando-se do aviso feito por este pregoeiro no sistema de que estaria com a velocidade de conexão de internet lenta conforme apresenta:

Pregoeiro fala:

(30/01/2015 10:18:52)

Nossa internet está lenta, portanto as convocações deverão ser um pouco lentas.

Ainda na busca de reforçar sua tese alega que no dia 28/01/2015 já havia mencionado suas dificuldades com a internet.

Fornecedor fala:

(28/01/2015 15:34:24)

Sr. Pregoeiro, boa tarde! Estamos com problemas em nossa rede e internet.

Solicito prorrogação do prazo estipulado. Obrigado!

Alega que a apresentação da documentação, referindo-se a NR 17 e o certificado da ABNT das cadeiras, deveriam ser entregues para habilitação conforme edital. Informa que primeiro não foi entregue Junto com originais e que o "certificado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

da ABNT das cadeiras, embora refira-se à NBR solicitada (13962:2006), versa o seguinte: Processo Produtivo de componentes para indústria moveleira - Célula de Kits de Bases Giratórias”, acusando haver erro e que não deveria “valer como “atestação” do produto tendo em vista que deveria estar “especificando” o produto e/ou a linha ao qual se refere” afirmando que “consta no termo de referência tal exigência”.

IV. DAS CONTRA-RAZÕES

Sem contra razões apresentadas para o recurso da ARTLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

V. DA ANÁLISE DO RECURSO

Primeiramente cumpre esclarecer que as fases licitatórias do Pregão são invertidas em relação às demais modalidades licitatórias (Concorrência, Tomada de Preços, Convite etc.) notadamente quanto à Aceitação da proposta e Habilitação da licitante. Nas modalidades presentes na Lei 8.666/93 de início verificam-se os requisitos habilitação das licitantes e somente estando habilitadas procede-se à análise de suas propostas enquanto que no pregão, tanto em sua forma eletrônica quanto presencial, primeiramente analisa-se a proposta e se esta atende aos requisitos do instrumento convocatório. Uma vez a proposta aceita busca-se verificar as condições de habilitação da licitante, portanto são fases e momentos distintos que devem ser seguidos de forma clara e sistemática, pois sua sobreposição pode incorrer em prejuízo à concorrência entre os licitantes. É quanto a este último momento que a recorrente busca revisão da decisão.

O Pregão Eletrônico com a utilização do Sistema Comprasnet (Portal de Compras do Governo Federal), qual seja, uma ferramenta web destinada à realização de licitações, contratações e aquisições promovidas pelas instituições do governo federal, é totalmente gerenciado pelo SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), portanto não há interferência do IFS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe) em sua administração. As instituições públicas que utilizam tal sistema em seus procedimentos de compra somente têm algum controle sobre sua conexão de internet para acessar o referido Portal, assim como quaisquer licitantes também o têm em sua relação com o Comprasnet. O pregoeiro em sua ação de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

conduzir certame não tem como interferir na conectividade do licitante com o Comprasnet, daí que se conclui que a lentidão da conexão de internet do IFS, com a informação apresentada por este subscritor, com o Comprasnet em nada interfere na conexão de internet do licitante com o Comprasnet, pois está é de exclusiva responsabilidade do licitante e conforme regra clara em edital em seu item 7.4. Tal informação foi prestada com fulcro na transparência das ações deste servidor para com os licitantes, esclarecendo que poderia haver uma variação temporal diferente para cada convocação devido às condições de internet, porém sendo dado o mesmo lapso de tempo para cada licitante anexar sua respectiva documentação.

7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

O item 7.4 do edital guarda relação estrita como Parágrafo Único do Art. 6º do Dec. 3.697, de 21 de dezembro de 2000.

Ainda quanto à menção do dia 28/01/2015 pedindo prorrogação de prazo, tal prorrogação, que alias foi concedida, foi feita para a Fase de Aceitação da proposta e em nenhum momento foi feito tal pedido no dia 30/01/2015 na Fase de habilitação. O pedido de prorrogação feito e concedido ou não em uma fase, neste caso feito para a Aceitação, não se estende automaticamente para todas as demais fases do procedimento, não há como o pregoeiro ter conhecimento das flutuações do sinal de internet do licitante.

Portanto não ficou comprovado o nexo entre a informação prestada por este subscritor no sistema e a impossibilidade da licitante em anexar o arquivo no prazo estipulado em edital.

A despeito de a recorrente alegar que os laudos e certificados de conformidade com a ABNT e NR-17 são requisitos de habilitação, há equívoco de sua parte, pois como se pode observar do instrumento convocatório não estão presentes na relação de documentos exigidos na seção "DA HABILITAÇÃO". O Decreto 5.450/05 é claro e taxativo quanto aos requisitos de habilitação:

Art. 14. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

1 - à habilitação jurídica;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

- II - à qualificação técnica;
- III - à qualificação econômico-financeira;
- IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e
- VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ainda que silente o Dec. 5.450/05 quanto à qualificação técnica, a qual poderia gerar dúvidas, a Lei 8.666/93 é clara em seu art. 30.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

a) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
(grifo nosso)

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 7º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 11. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 12. (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Como se observa da redação da Lei 8.666/93 em seu art. 30, § 4º, a qualificação técnica compatível com o fornecimento de bens consubstancia-se na apresentação atestado de capacidade técnica fornecidos por instituições públicas ou privadas demonstrando o fornecimento de bens compatíveis com o objeto em qualidade e quantidade.

Conforme pode se observar na Ata do pregão, presente no sistema Comprasnet, a insurgente teve convocação nas mesmas condições das demais

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

licitantes e não apresentou a documentação de habilitação dentro do prazo estipulado pelo pregoeiro, mesmo tendo conhecimento da possibilidade de solicitação de prorrogação do lapso temporal presente no edital e utilizada somente na Aceitação.

Ainda quanto a menção de documentos enviados para os LOTES 5 e 6, estes devem ser considerados apenas para os grupo 5 e 6, pois foram solicitados em momento adequados a seus chamamentos. A habilitação e inabilitação que a insurgente requer revisão ocorreu no dia 30/01/2015 (Grupos 01, 02, 04 e 07), enquanto que a etapa de habilitação para os grupo 5 e 6 ocorreu no dia 25/02/2015, quanto já inabilitada para os grupos anteriores, portanto não poderia este supri aquele sem uma afronta grotesca à isonomia dos licitantes, pois se tal hipótese fosse concretizada estaríamos concedendo um prazo de 26 (vinte e seis) dias para a recorrente contra 2 (duas) horas para as demais.

No que diz respeito às alegações sobre a adequação da proposta ao especificado no Termo de Referência, é importante deixar claro que toda a documentação enviada foi objeto de análise da equipe técnica de arquitetos do Instituto Federal de Sergipe, tendo em vista que, no nosso entendimento, tanto eles como o solicitante dos materiais (PROAD) seriam os mais indicados para tal, considerando que, sabidamente, os detalhamentos envolvidos nos itens do presente processo dificultam uma análise pormenorizada por parte do Pregoeiro, diferentemente de outros processos de caráter mais simplório, como encontramos facilmente durante nossas execuções rotineiras.

Dito isso, também é importante frisar que em nenhum momento houve qualquer posicionamento contrário à aceitação dos materiais, seja por seu descritivo, seja pelos laudos ou certificados que se exigia.

Passando à análise propriamente dita, verificamos que as alegações da recorrente não se sustentam, uma vez que, no nosso entender, e baseado na manifestação da equipe técnica e do setor solicitante, toda a documentação exigida, inclusive às citadas pela recorrente, estão presentes no processo e disponíveis no site comprasnet para consulta pública.



VI. DA DECISÃO

Vistos e relatados os pontos da insurgente cumpre manifestar decisão quanto à pretensão ora requerida. Tendo como pressupostos os princípios esculpidos no art. 3º da Lei n. 8.666/93 materializados na elaboração do Edital do Pregão Eletrônico n. 14/2014 e na condução do certame por este que subscreve buscando contratar com qualidade pelo menor preço, sem que para isso enverede-se pela restrição da competitividade ou ao direcionamento para qualquer licitante, o que cumprimos veementemente.

Desta forma, alicerçado no interesse público, vislumbrando o atendimento aos princípios que regem as licitações públicas dentre eles, mas não exclusivamente: legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, moralidade, publicidade e dos que lhes são correlatos, o recurso reúne as condições para ser CONHECIDO, e no mérito, salvo melhor juízo, e considerando a manifestação do DELC, o pleito do recorrente **não procede**, razão pela qual decido por manter inalterado o resultado da licitação, julgando assim **IMPROCEDENTE** a pretensão do requerida, não merecendo suas razões prosperarem.

VII. DA REMESSA A AUTORIDADE SUPERIOR

Convém esclarecer que o agente responsável pelo julgamento do recurso em pregões eletrônicos é o próprio pregoeiro, como se extrai do art. 11 do Dec. 5.450/05 que trata das atribuições do pregoeiro:

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

...

VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

Não obstante, o mesmo decreto garante-se o duplo grau de jurisdição em processo administrativo com a análise posterior da autoridade superior, que poderá, dado o princípio da hierarquia, rever os atos do pregoeiro.

Art. 8º. À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;





INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SERGIPE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

Portanto mantenho decisão, não a reformando, vez que não foi possível encontrar no recurso apresentado condições para rever a decisão, remeto os autos do processo 23030.002160/2013-15 para apreciação de decisão da autoridade competente.

Aracaju, 24 de março de 2015

Agnaldo dos Santos

Agnaldo dos Santos
SIAPE: 1961943

Pregoeiro Oficial Reitoria/IFS

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO